

Casagrande defende que Legislativo seja mais fiscalizador para combater a corrupção

Durante a abertura do 5º Fórum Senado Debate Brasil, cujo tema é “Fiscalização e Controle: a perspectiva dos legislativos estaduais e municipais”, o senador Renato Casagrande destacou que a vigilância do Legislativo é fundamental para coibir ações corruptas.

Segundo o parlamentar, que é presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, para muitos membros do Executivo, a fiscalização é encarada como uma forma de encarecer o trabalho, pois quando uma obra é embargada por irregularidades, muitos são os prejuízos gerados.

“Esta mentalidade precisa mudar. Quando uma obra é paralisada, o mundo cai sobre quem a paralisou. É claro que queremos que o Tribunal de Contas da União seja mais ágil, mas o órgão deve pecar pelo zelo em excesso do que por não fazer a sua parte”, destacou Casagrande.

O controle, no seu ponto de vista, deve fazer parte de uma agenda diária do Congresso – poder que foi criado para legislar e para fiscalizar as ações do Executivo. No entanto, ainda há falhas no cumprimento desta tarefa porque, em nível federal, existe um controle mediano, mas em âmbito estadual e municipal, as Casas de Lei ainda encontram dificuldades de cumprir este papel.

Por isso, Renato Casagrande defende a criação de uma rede integrada entre parlamentares e técnicos que possam trabalhar juntos em todos os níveis para combater a corrupção.

“Se os deputados e os senadores são bem pagos para fazer o seu dever, como é que podem receber dinheiro por fora, como mostra o ‘mensalão’? Não é uma reforma política que vai resolver este problema. É a diminuição da impunidade e o bom caráter do ser humano. Por isso temos que trabalhar para punir os culpados e dar fim à impunidade, além de ampliar os canais de controle”, enfatizou.

O fórum aconteceu no auditório do Interlegis, em Brasília, durante toda a quarta-feira (2).



Proposta de Valadares, a PEC dos Jornalistas, teve aprovação na CCJ

Com apenas dois votos contrários, foi aprovada nesta quarta-feira (2) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09), de autoria de senador Antonio Carlos Valadares, líder do PSB, que resgata a exigência de diploma para o exercício do Jornalismo. A matéria agora segue para votação do plenário.

A retomada da exigência de diploma para o jornalista profissional - que por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi dispensada em agosto último - foi aprovada com ampla maioria pluripartidária na CCJ. Votaram contra apenas o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) também presidente da CCJ, e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Ressalvando seu respeito às decisões do STF, Valadares fez sua argumentação em prol da proposta, salientando que estava defendendo os interesses dos trabalhadores, como também o são os jornalistas. “A própria Constituição diz em seu artigo 5º, inciso 13, que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, disse o senador, frisando a citação da “qualificação profissional”.

Valadares também lembrou ser indispensável a necessidade de se preservar o princípio da igualdade. “Se eu sou advogado e químico e tenho que ter diploma para exercer essas profissões, por que não para os jornalistas?” indagou Valadares, antes de encerrar sua fala, na qual citou seu partido, o PSB como também apoiador da matéria, defensor que é de todos os trabalhadores.

Antes da aprovação da PEC, que teve como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi realizada no dia 01 de novembro passado audiência pública na CCJ. Nesta ocasião também a

Organização dos Advogados do Brasil (OAB) manifestou-se francamente favorável à PEC de Valadares. O senador fez ainda várias palestras para alunos e professores de cursos de Comunicação Social de universidades brasileiras e para organizações de defesa de profissionais.

O senador ainda reuniu-se com jornalistas de seu estado de Sergipe e com representantes da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e de sindicatos de jornalistas de vários estados brasileiros. Repetiu para todos que “uma nação democrática, como o Brasil, não pode agir contra a igualdade”.

Assessoria de Comunicação:

Anna Thereza Sá
Kenia Amaral
Dinêz Alves da Costa

Coordenação Política - Marcos Dantas

Gabinete da Liderança do PSB

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela

Gabinete 20 - Brasília (DF) - CEP: 70165 - 900

Fone: (61) 3303-1863